

IDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 87

"Proposta de Diretrizes Preliminares para Uma Política de Abastecimento".

Maria Beatriz de A. David

Janeiro de 1986

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 87

"Proposta de Diretrizes Preliminares para Uma Política de Abastecimento".

Maria Beatriz de A. David

Janeiro de 1986

Tiragem: 85 exemplares

Trabalho elaborado em: Dezembro de 1985

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andar
20.020 Rio de Janeiro RJ

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de sua autora. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

PROPOSTA DE DIRETRIZES PRELIMINARES PARA UMA
POLÍTICA DE ABASTECIMENTO*

Maria Beatriz de Albuquerque David**

1 - INTRODUÇÃO

A questão do abastecimento de gêneros alimentícios e, em consequência, a proposta de política para equacioná-la, é tratada sob a ótica de um sistema integrado denominado "cadeia alimentar", a qual compreende desde a produção até o consumo final destes bens.

Na gestão da política agrícola sobressai um conflito persistente entre a de curto prazo - ou seja, de "administração de preços" - e a de médio e longo prazos - vale dizer, de "administração da oferta agrícola" -, sendo que até o momento a primeira tem prevalecido nas decisões finais. A intervenção governamental nos diversos segmentos do mercado, em princípio, deveria buscar o estímulo da oferta agrícola com vistas a estabilizar a renda do produtor e os preços a nível do consumidor. Ao governo caberia, portanto, o papel de reduzir as oscilações de preços a nível da produção e do consumo, mas, paradoxalmente, apesar de existir um movimento especulativo autônomo, sua ação tem sido muitas vezes, um fator de desestabilização do mercado, ao prevelecerem só as preocupações de curto prazo (administrar preços).

O objetivo de estabilizar os preços poderia ser alcançado através do estabelecimento de regras pré-anunciadas, respeita-

*A autora agradece os comentários de Guilherme Leite da Silva Dias, Ivan Otero Ribeiro, Cláudia Albuquerque e Milton da Mata, os quais muito contribuíram para melhorar este texto. Qualquer incorreção que porventura persista nesta versão é de exclusiva responsabilidade da autora. O trabalho de computação dos dados foi feito por Márcia Pimentel Bigarel e o estagiário Eduardo L'Engle de Figueiredo trabalhou na confecção das tabelas e gráficos.

**Do IPEA/INPES.

das pelo próprio governo, de maneira a diminuir o prêmio de risco¹ exigido pelos agentes econômicos.

As propostas contidas nestas diretrizes implicariam menores gastos governamentais, seja na compra de produção via AGF - já que as regras estariam estabelecidas e não haveria a possibilidade de se obterem lucros extra-normais mediante especulação - seja na contratação das importações necessárias, adquiridas a preços mais favoráveis. Os dois tipos de redução de gastos apontados, além de conduzirem a uma menor oscilação de preços, teriam efeitos antiinflacionários.

Um dos primeiros passos para se estabelecer uma política de abastecimento seria definir o papel das instituições nela envolvidas.

2 - A COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

A complexidade do problema e o fato de o mesmo envolver instituições subordinadas a ministérios distintos, faz com que uma política de abastecimento enfrente a priori uma grave limitação: a de defini-la em conjunto, integrando a ação de todas as instituições pertinentes. Se esta restrição não for resolvida, pode haver um comprometimento do próprio êxito da política. Ainda que na prática as áreas de atuação de órgãos como a CFP, CIBRAZEM, COBAL, SUNAB e SEAP venham se ajustando, as respectivas atribuições às vezes se sobrepõem. As disputas por espaços tornam-se inevitáveis. Existem portanto dois tipos de conflitos, quais sejam os intra e os interministeriais, sendo que o primeiro deveria ser mais simples de solucionar que o segundo. Tal situação gera um acúmulo de proposições desvinculadas e mesmo concorrentes com as diretrizes, diminuindo o alcance das medidas do governo.

Para viabilizar a execução de uma política de abasteci-

¹Retorno que estes empresários exigem pelo fato de carregar estôques.

mento mais harmoniosa, criar-se-ia uma instância de coordenação institucional permanente a nível do CIP. Este órgão colegiado seria formado agrupando-se representantes das instituições relacionadas com o abastecimento, quais sejam a SEAP, SUNAB, CFP, COBAL e SNAB. A vantagem deste organismo é que ele tende a acelerar a execução da política de abastecimento. Decisões que impliquem a utilização de recursos e/ou instrumento que extrapolem as atribuições do colegiado serão levadas ao Conselho Ministerial (CIP).

Este seria um caminho viável para elaborar, executar e aproveitar as experiências acumuladas e de acordo com a evolução e o aprendizado do trabalho conjunto dos organismos, propor futuras modificações na política de abastecimento, sem os ônus de superpor estruturas.

3 - AJUSTES NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

A fragilidade e a atomização dos dados estatísticos de produção, preços, estoques, e demanda levam à conclusão de que é necessário melhorar o nível das informações disponíveis, não só para orientar as decisões governamentais, mas também a dos produtores e intermediários. Impõem-se, portanto, aperfeiçoamentos nas fontes existentes e a criação de um sistema de informações estatísticas confiáveis, ágeis e disponíveis a todos os interessados. Este sistema faria previsão de safra, de estoques públicos e privados, acompanhamento de preços nos diversos níveis de intermediação, fluxos e previsão de demanda que ficarão armazenados em um banco de dados.

O acesso aos dados dar-se-ia através de terminais de computadores localizados em cada órgão do colegiado e mediante solicitação dos interessados, além de se estabelecerem formas de divulgá-las amplamente visando facilitar a tomada de decisões dos produtores.

Uma proposta exploratória de distribuição de responsabilidades de coordenar e gerar cada uma das informações e introdu

zi-las no banco de dados poderia ser feita da seguinte forma: seria atribuição da FIBGE a previsão de safra, em conjunto com o Ministério da Agricultura e a CFP; a esta última, em conjunto com a CIBRAZEM, caberia a estimativa de estoques públicos e privados; à SNAB competiria armazenar os dados de cotações de mercado futuro, preço a nível do atacado, produtor e varejo, sendo que nestes dois últimos níveis através convênio com a FGV-EMBRATER e SUNAB, respectivamente.

A experiência histórica, conforme ressaltado anteriormente, proporcionou a cada uma dessas instituições vantagens comparativas, em determinadas áreas, que não devem ser ignoradas, mas sim redirecionadas a favor da consecução dos objetivos da política de abastecimento (pelo menos num primeiro momento). As transformações mais profundas estariam reservadas, porém, para um estágio seguinte da implantação da política, quando as dificuldades atuais provavelmente estariam superadas.

No que se refere à execução da política de abastecimento, um dos princípios básicos é o de que o órgão fiscalizador não deve ser ao mesmo tempo o gestor. Portanto, fiscalizar, coletar preços no varejo, controlar e implantar normas de padronização de veriam ficar a cargo da SUNAB. Não se recomenda todavia, essa instituição como coordenadora de estoques, já que a mesma está desligada da política de produção, e tendo em vista o princípio básico citado anteriormente. Só as tarefas de fiscalizar, indispensáveis ao bom funcionamento da política de abastecimento, já seriam uma atribuição de vulto para a mesma.

4 - A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PREÇOS E DE ESTOQUES

Como metodologia de estabilização de preços dos produtos de consumo básico poderiam ser utilizadas, com algumas adaptações, as propostas já elaboradas para os produtos com acesso ao mercado externo,² tomando-se, no entanto, como referência o preço

²Ver "Subsídios Para Uma Nova Política Agrícola", documento da COPAG, fevereiro de 1985, pp. 15 e 16.

tendência de mercado.³ No cálculo deste, o período levado em consideração poderia ser, por exemplo, de cinco anos - com a exclusão de variações sazonais e irregulares - refletindo o preço médio de equilíbrio de oferta e demanda de longo prazo.

As modificações na relação de troca só se refletem no preço de tendência no longo prazo, fazendo-se necessária, portanto, uma correção, a qual se conseguiria através do acompanhamento da relação entre os preços dos insumos e do produto.

Estabelecer-se-ia um intervalo de flutuação aceitável para este preço, determinado por um limite superior e um inferior. O primeiro corresponderia ao preço de tendência na entressafra e o segundo espelharia o da safra. Há que ressaltar que este último não poderia ser inferior aos custos de produção internos. Se os custos internos ultrapassarem, momentaneamente, o limite inferior, o governo poderia subsidiar a produção, caso pretendesse estimular o auto-abastecimento.

A formação de estoques é um instrumento fundamental para viabilizar uma política de abastecimento, nos aspectos referentes à estabilização de preço e garantia de suprimento do mercado. Atualmente quatro instituições têm entre suas atribuições constituí-los: CFP, SUNAB, CIBRAZEM e COBAL. Como cabe à CFP a formação de estoques públicos passivos (com uma grande experiência neste campo), sua atuação poderia concentrar-se na estocagem de produ-

³ Preço real médio deflacionado pelo IGP. Os preços observados no mercado resultam de: a) modificações estruturais nas condições subjacentes à oferta e demanda de longo prazo; b) modificações estruturais associadas aos ciclos econômicos - expansão, estagnação e recessão; c) de variações sazonais decorrentes de concentração temporal da oferta ou demanda, safra e entressafra; e) de variações aleatórias decorrentes de fenômenos imprevisíveis, tais como os climáticos. Dada uma série longa de preços, os efeitos tendência, variação cíclica e estacional, podem ser decompostos através de métodos estatísticos-matemáticos.

tos não processados, fazendo previsões e propostas de importações⁴ que se fizerem necessários. A COBAL estocaria apenas os produtos elaborados, ou seja, os aptos para a distribuição. Vale relembrar que todas as decisões nesse sentido devem ser tomadas pelo órgão colegiado.

A redução do risco e alguns incentivos à formação de estoques privados podem ser enfrentados pela política de abastecimento via definição clara das regras de intervenção governamental (como visto anteriormente) e pelo direcionamento dos EGF aos agentes que têm menor aversão ao risco. Porém, o custo financeiro da manutenção de estoques depende de modificações na política financeira, ou seja, dos retornos proporcionados, aos intermediários, pelas outras alternativas de investimento.

5 - O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

A CFP está mais vinculada ao primeiro elo da "cadeia alimentar", a produção, sendo suas funções principais a de apoiar o produtor, via garantia de preços, com a conseguinte estabilização de sua renda, estimular a oferta agrícola e formar estoques não processados.

Caberia ainda à CFP gerar dados de estoques de acordo com as indicações sugeridas anteriormente e colaborar nos de previsão de safra.

Na compra da produção destinada aos estoques públicos uma maior participação do Banco do Brasil, com a intensificação de suas tarefas de fiscalização, poderia ter resultados positivos, evitando ainda as fraudes relacionadas aos estoques-papéis.

⁴De posse de previsões confiáveis de safra e de consumo, as importações necessárias seriam representadas pela diferença entre produção e consumo. A empresa poderia contratar estas quantidades no mercado internacional para entrega futura, buscando as melhores condições de preços.

As atividades da CIBRAZEM centrar-se-iam na armazenagem dos estoques governamentais, segundo suas limitações, na intensificação do credenciamento e controle dos armazéns privados e no repasse, para a CFP, dos dados sobre estoques privados.

Ao sistema COBAL caberia a formação de estoques de produtos elaborados e a função de contrabalançar o poder oligopolista, a nível de atacado e varejo⁵ através: i) da comunidade organizada; ii) do suprimento a varejistas que se comprometam a obter uma margem de lucro prefixada; e iii) da melhor utilização dos próprios canais de distribuição da empresa.

Em princípio, a compra em grandes quantidades pode gerar economias de escala quando a distribuição está concentrada, ou seja, as distâncias percorridas são menores. Porém, as deseconomias podem ocorrer quando há grande dispersão nos beneficiários; portanto, a descentralização de compras, principalmente para os programas alimentares e o trabalho conjunto com governos estaduais e municipais, podem implicar reduções de custos significativos. A atuação do sistema COBAL centrar-se-ia, assim, na atenção aos segmentos mais carentes, geralmente pouco beneficiados pelos canais tradicionais.

Competiria à SUNAB coletar preços no varejo e implantar normas de padronização, sendo que as duas primeiras tarefas são tradicionais desta instituição. Como foi dito, o fato de estar desligada da política de produção e tendo em vista o princípio básico de que o órgão fiscalizador não pode ser ao mesmo tempo gestor, faz com que não se recomende essa instituição como coordenadora de estoques.

Tocaria à SNAB coordenar e elaborar os dados de previsão de consumo e de coleta de preços (deve haver uma revisão da metodologia de coleta de preços no atacado e limitação do número

⁵O Estado de São Paulo tem uma boa experiência nestes programas.

de locais onde os preços seriam colhidos), realizar estudos e acompanhamento dos fluxos de comercialização, coletar e armazenar preços, acompanhar e realizar estudos sobre margens de comercialização no atacado e no varejo, além de estabelecer normas e padrões de classificação e embalagem.

Finalmente, a SEAP, como secretaria-executiva do CIP, acompanharia e faria as previsões dos impactos dos preços no índice geral de preços, cuidaria do acompanhamento da execução das decisões do CIP pelo órgão colegiado (como sua Secretaria) e serviria de elo entre este e o Conselho.

Num primeiro momento, a política de abastecimento, como aqui proposta, deveria centrar-se numa cesta de produtos básicos (feijão, arroz, óleo de soja, milho, carne bovina, aves, leite e mandioca) podendo ser ampliada, de acordo com as necessidades, para cebola e batata.

6 - O MANEJO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS

Este ano o governo defrontou-se com uma situação complexa: despendeu grande quantidade de recursos na compra de uma safra considerada longa, mas que de fato só foi excepcional para o algodão; "desovou" estoques antes do tempo, não respeitando as oscilações normais de preços safra/entressafra e encontra-se agora praticamente com uma única alternativa: a de importar para fazer frente às manobras especulativas, pois já não dispõe de estoques suficientes.

A proposta apresentada nestas diretrizes de preço de tendência de mercado, com um intervalo de variação entre o máximo e o mínimo, determinaria a intervenção do governo, estabelecendo o preço de compra como sendo igual ao limite inferior ou o de tendência na safra (tornando desnecessária a fixação de preços mínimos plurianuais) e o momento de utilização dos estoques públicos, quando o preço ultrapassar o limite superior ou o de tendência na entressafra.

Um outro componente importante são as estatísticas básicas confiáveis, essenciais para estimar a safra, a demanda e a necessidade de formação de estoques. Estes últimos não podem se limitar à quantidade oferecida pelos produtores via AGF (estoques passivos)⁶ e vinculados à garantia de preços ao produtor. Devem também, no entanto, prever a diferença entre quantidade produzida e demandada, ou seja, o déficit para suprir o consumo (que será coberto via importação).

O momento de "desova" dos estoques, conforme esclarecido anteriormente, se daria quando o preço ultrapassasse o limite máximo do intervalo de variações do preço de tendência e as condições (leilão, licitação ou acordo com fornecedores se decidiriam pelo colegiado, o qual analisaria a situação dada em cada conjuntura). Para que se possa fazer uso de qualquer um dos instrumentos de colocação de estoques é imprescindível que o governo regulamente as bolsas, principalmente as de mercado futuro, impedindo que grupos de investidores possam manipular suas cotações, impossibilitando o livre jogo de mercado. As bolsas devem comportar-se o mais próximo possível a uma situação de concorrência perfeita, sem o que não podem preencher sua função de refletir os fluxos reais de comercialização, ou seja, traduzir as oscilações de oferta e demanda reais.

7 - CÁLCULO DO PREÇO DE TENDÊNCIA

Para calcular o preço de tendência de mercado a nível do produtor, partiu-se da série de preços reais* (em cruzeiros de dezembro de 1983), e aplicou-se o modelo que subdivide a série de médias geométricas móveis em quatro componentes.⁷

$$Z = T \times C \times S \times I$$

T = componente tendencial

C = componente cíclica

S = componente sazonal

I = componente irregular

⁶Os estoques formados a partir da produção originária de área de fronteira têm custos elevados em decorrência dos gastos com transporte e dos baixos níveis de qualidade e homogeneização do produto.

⁷SESAM - do Troll - Massachusetts Institute of Technology.

*Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (IGP).

Para o limite inferior do intervalo de variação aplicou-se à série de preço de tendência o fator de sazonalidade mínimo, representado pela média do mês final da safra, em cada ano, que é o mês de junho. Para o limite superior são apresentadas duas alternativas: uma aplicando o fator de sazonalidade no último mês de entressafra, dentro de cada ano-calendário, que é dezembro, e a outra com o fator de sazonalidade máximo representado pelo mês de janeiro.

Trabalhou-se, ainda, com dois períodos: um de 60 meses (janeiro de 1979 a dezembro de 1983), e outro de 204 meses (1966-83), ao nível do produtor, e de 180 meses no atacado (1969-83).

A necessidade de calcular os preços de tendência a nível do atacado advém de que a intervenção governamental dar-se-ia nos dois mercados. Ao nível do produtor, comprando quando o preço caísse a um determinado limite preestabelecido e, no atacado, vendendo quando o preço ultrapassasse o patamar estipulado.⁸

Os exemplos apresentados a seguir referem-se ao comportamento dos preços nos Estados do Rio Grande do Sul e Goiás para o caso do arroz, e Rio Grande do Sul e Paraná para o do milho.

A Tabela II apresenta os preços de tendência do arroz ao nível do produtor, no Rio Grande do Sul, para o período 1979/83. O Gráfico I mostra as curvas do preço de tendência de mercado, da safra e da entressafra para o mesmo período. E o Gráfico II e a Tabela III as mesmas informações dadas pelos anteriores, desta feita para o período 1966/83.

O preço de tendência na safra no período 1979/83 apre-

⁸ Para uma melhor compreensão do comportamento dos preços do arroz e milho em cada ano ver Dias, Guilherme Leite da Silva e Lopes, Ignez G. Vidigal "Avaliação do Comportamento dos Preços Domésticos em Relação aos Preços de Importações e Exportações, Algodão, Arroz, Milho e Soja 1979/83", Brasília: CFP, Coleção Análise e Pesquisas nº 27, 1983.

senta-se inferior ao preço mínimo do arroz irrigado (Tabela IV) para os anos de 1980, 1982 e 1983. Com o preço de tendência de mercado ocorre o mesmo fenômeno em 1980 e 1982, anos ao longo dos quais a tendência do preço foi decrescente.

Porém, ao comparar o preço de tendência na safra com o custo de produção (Tabela IV), o primeiro apresenta-se sempre superior, crescendo a diferença ao utilizar-se o preço de tendência de mercado como parâmetro. Isto confirma que neste período os preços mínimos do arroz foram fixados visando reverter a queda da produção que se vinha observando desde o final da década de 70. Esses preços mínimos, portanto, situam-se próximos aos preços de mercado, podendo até suplantá-los, sendo que nos anos em que isto ocorre o governo compra grande parte da produção. A decisão de estimular determinado produto deve estar relacionada com o custo alternativo de suprir a demanda deste através de importação, ou seja, o preço CIF internalizado.

Portanto, o preço de tendência na safra seria um bom indicador para o governo interferir no mercado comprando, ou seja, garantindo preço.

As Tabelas VI e VII e os Gráficos III a IV apresentam os preços de tendência do arroz no Rio Grande do Sul a nível de atacado. Os da entressafra, Gráfico IV, caracteriza o limite superior do intervalo que determinaria a intervenção do governo, representando o momento de venda dos estoques deste.

Portanto, os limites, inferior e superior, estão representados pelo preço de tendência da safra a nível do produtor (Gráfico I e Tabela II) e pelo preço de tendência na entressafra (Gráfico III e Tabela V).

Apesar dos resultados para o período 1966 a 1983 estarem disponíveis, eles são apresentados para o caso do arroz

no Rio Grande do Sul (Gráficos II e IV); esta decisão baseou-se em que os resultados para todos os produtos são similares aos do período 1979-83, os cinco anos eleitos para serem analisados mais detalhadamente.

Os preços de tendência, ou seja, o médio e o da safra, para o Estado de Goiás ao nível do produtor, aparecem na Tabela IX e no Gráfico V. Os de tendência, de mercado e da safra, são quase sempre superiores ao preço mínimo do arroz de sequeiro, exceto no ano de 1980, e ultrapassam em muito seu custo de produção em todo o período. As conclusões a que se chegou para o arroz irrigado do Rio Grande do Sul se confirmam e são ainda mais pertinentes, no sentido de que indicam o preço de tendência ao produtor na safra como o limite a partir do qual o governo começaria a intervir comprando.

O Gráfico VI mostra o preço de tendência na entressafra, a nível do atacado, ou seja, o ponto a partir do qual o governo iniciaria a colocação dos estoques.

No caso do milho no Paraná, a média do preço de tendência na safra e a do de mercado são respectivamente 83 e 90, superiores, portanto, ao preço mínimo médio no período 1979/83, bem como, ao custo de produção médio no mesmo período (Tabela XIII). Somente em 1982 é que o preço mínimo se coloca acima do de tendência da safra. Nesse ano, bem como em 1981, o mínimo foi fixado acima da paridade internacional, com o propósito de incentivar a produção interna. Obteve-se resposta imediata não só para regularizar o abastecimento interno, que desde 1979 vinha sendo suprido, em cerca de 10%, através de importações, como propiciou a formação de estoques reguladores e gerou inclusive um excedente exportável de 500 mil toneladas. O preço de tendência na entressafra, a nível do atacado, aparece no Gráfico XIII.

No Rio Grande do Sul, tanto o preço de tendência de mercado como o na safra ultrapassam tanto o mínimo quanto o cus-

to de produção em todo o período 1979/83. O preço de tendência na safra é o pertinente para determinar o momento de compra por parte do governo.

TABELA I

ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO PRODUTOR

FATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA - JUNHO E NA ENTRESSAFRA (DEZEMBRO OU JANEIRO)

PERÍODO	SAFRA ENTRESSAFRA	SAFRA	ENTRESSAFRA	
		Junho	Dezembro	Janeiro
Período I				
Janeiro/1966 - Dezembro/1983		98,01	101,71	104,11
Período II				
Janeiro/1979 - Dezembro/1983		110	101,4	97,14

GRÁFICO I
 PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL
 A NÍVEL DO PRODUTOR NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

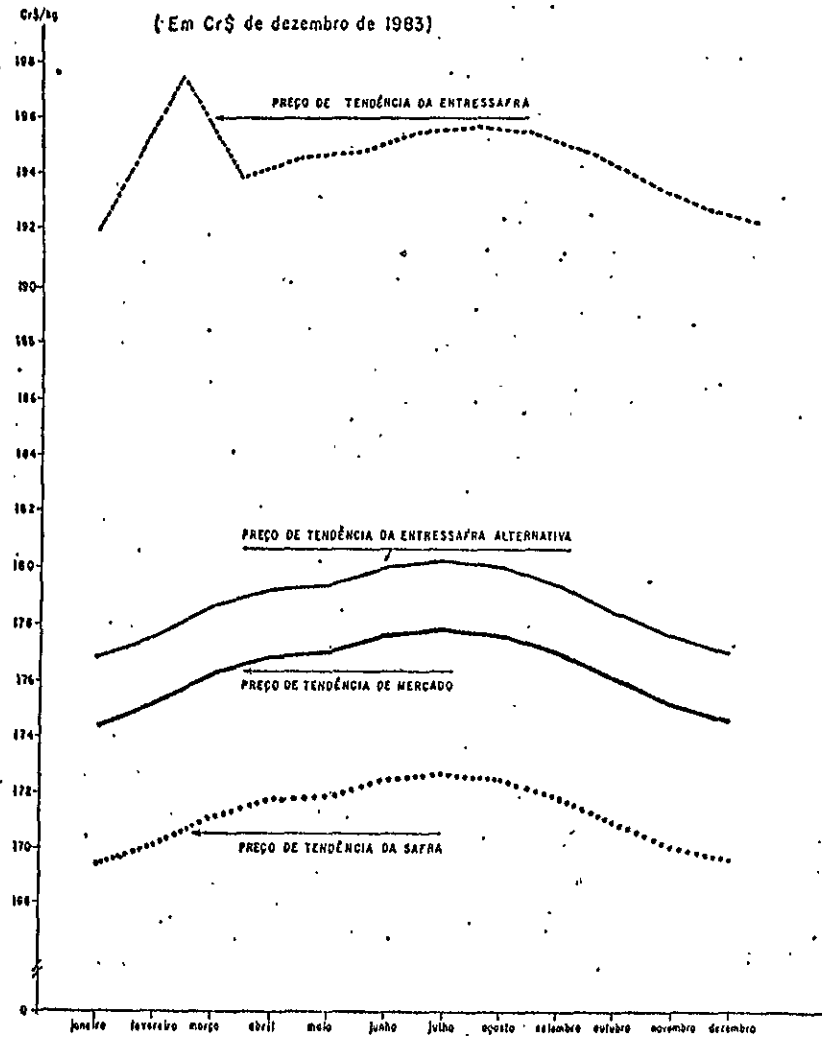


TABELA II

PREÇOS DE TENDÊNCIA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO PRODUTOR (Cr\$ por Kg)

PERÍODO JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983

(Em Cr\$ Dezembro 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		191,9	197,5	193,8	194,5	194,7	195,4	195,6	195,4	194,7	193,6	192,7	192,1
Preço de Tendência da Entressafra		176,8	177,6	178,6	179,2	179,4	180,0	180,2	180,0	179,4	178,4	177,6	177,0
Preço de Tendência de Mercado		174,4	175,2	176,2	176,8	177,0	177,6	177,8	177,6	177,0	176,0	175,2	174,6
Preço de Tendência da Entressafra		169,4	170,9	171,1	171,7	171,9	172,9	172,7	172,5	171,9	170,9	170,1	169,6

GRÁFICO II

PREÇO DE TENDÊNCIA, MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL
A NÍVEL DO PRODUTOR PARA O PERÍODO DE JANEIRO DE 1966 A DEZEMBRO
DE 1983

cr\$/kg (Preços Reais em Cr\$ de dezembro de 1983)

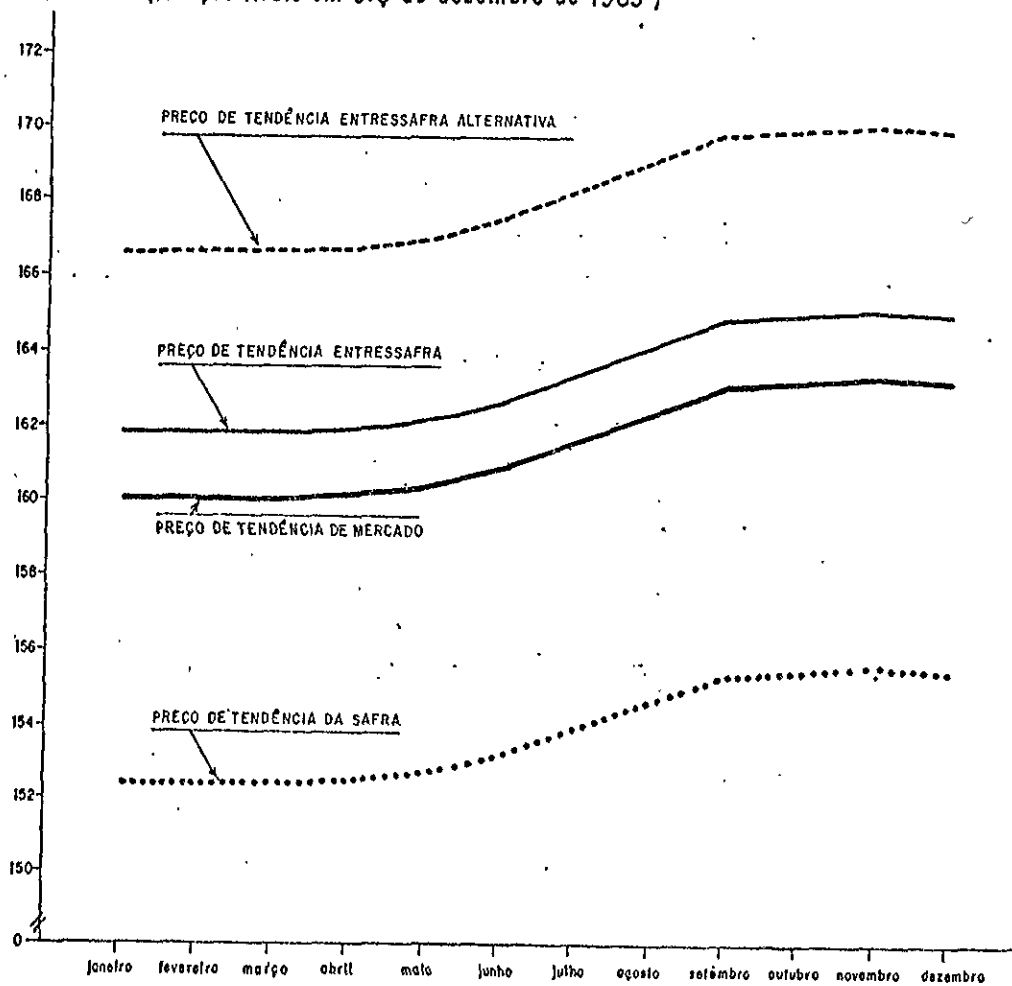


TABELA III

PREÇO DE TENDÊNCIA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO PRODUTOR (Cr\$ por Kg)

PERÍODO DE JANEIRO DE 1966 A DEZEMBRO DE 1983

(Em Cr\$ de dezembro de 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa (Janeiro)		166,64	166,64	166,62	166,69	166,97	167,49	168,30	169,05	169,81	169,92	170,09	168,92
Preço de Tendência da Entressafra (Dezembro)		161,84	161,84	161,82	161,88	162,16	162,66	163,45	164,18	164,92	165,03	165,19	165,03
Preço de Tendência de Mercado		160,07	160,07	160,05	160,11	160,38	160,88	161,66	168,38	163,11	163,22	163,38	163,22
Preço de Tendência da Safra		152,48	152,48	152,46	152,52	152,77	153,25	153,99	154,68	155,37	155,48	155,63	155,48

TABELA IV
PREÇOS MÍNIMOS E CUSTO DE PRODUÇÃO REAIS DO ARROZ (Cr\$/Kg) - 1979 A 1984
 (EM Cr\$ DE 1983)

ANO TIPO, PREÇO DE CUSTO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	MÉDIA
Preço Mínimo IRRIGADO	169,72	193,39	167,84	183,35	173,02		177,46
Custo de Produção		155,38	151,37	169,46	159,70	158,07	158,80
Preço Mínimo SEQUEIRO	152,92	177,71	151,06	153,05	144,42		155,83
Custo de Produção		156,54	119,06	142,41	146,41	142,83	141,466

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

TABELA V
PREÇO DE TENDÊNCIA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO ATACADO (Cr\$ por Kg)
PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983
 (Em Cr\$ Dezembro 1983)

ANO	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1979		236	257	281	307	332	351	360	362	364	372	392	419
1980		447	468	475	468	452	434	421	411	400	384	361	334
1981		308	289	278	278	285	296	307	317	324	329	333	341
1982		353	370	388	402	406	400	388	378	378	386	399	409
1983		407	396	382	378	388	409	429	436	424	401	374	344

TABELA V-A

ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO ATACADO

FATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA (JUNHO) E NA ENTRESSAFRA

(Dezembro ou Janeiro)

PERÍODO	SAFRA ENTRESSAFRA	SAFRA	ENTRESSAFRA	
		Junho	Dezembro	Janeiro
Período I Janeiro/1966 - Dezembro/1983		95,20	103,30	106,21
Período II Janeiro/1979 - Dezembro/1983		94,56	111	116,6

GRÁFICO III

PREÇO DE TENDÊNCIA, MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA, DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO ATACADO PARA O PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983
(Preços Reais em Cr\$ de dezembro de 1983)

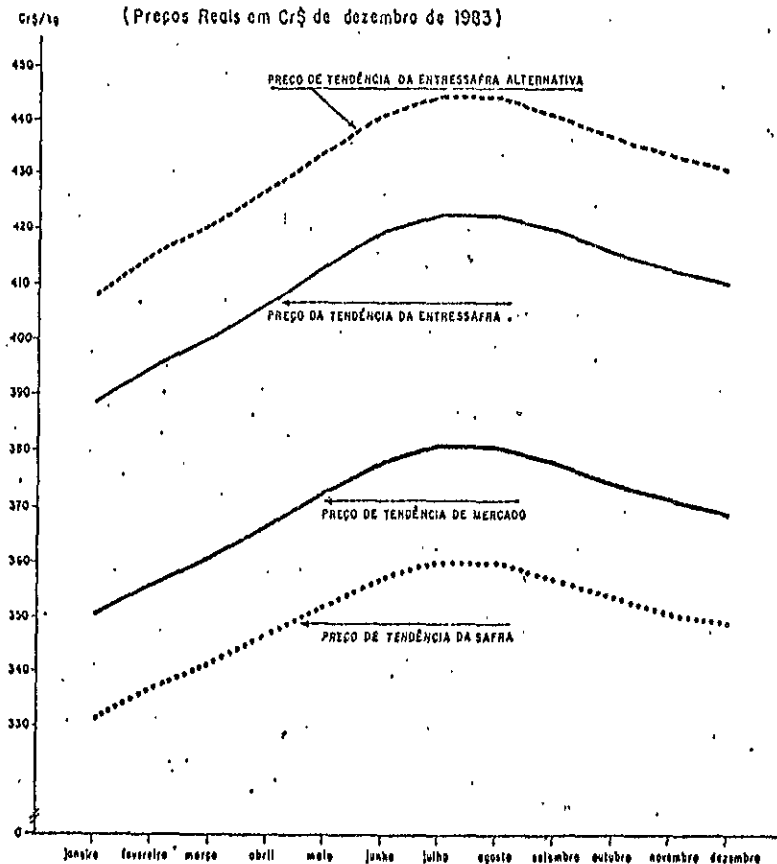


TABELA VI

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA E ENTRESSAFRA, DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL A NÍVEL DO ATACADO (Cr\$ por Kg)

PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983

(Em Cr\$ de Dezembro de 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa (Janeiro)		408,33	415,09	420,69	427,43	434,45	440,74	444,44	444,01	440,74	436,55	433,51	430,72
Preço de Tendência da Entressafra (Dezembro)		388,72	395,16	400,48	406,92	413,58	419,58	422,91	422,68	419,58	415,58	412,69	410,03
Preço de Tendência de Mercado		350,20	356,00	360,80	366,60	372,60	378,00	381,00	380,80	378,00	374,40	371,80	369,40
Preço de Tendência na Safra		331,14	336,63	341,17	346,65	352,33	357,43	360,27	360,08	357,43	354,03	350,89	349,30

GRÁFICO IV

PREÇO DE TENDÊNCIA, MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA, DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL
A NÍVEL DO ATACADO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1965 A DEZEMBRO DE 1983

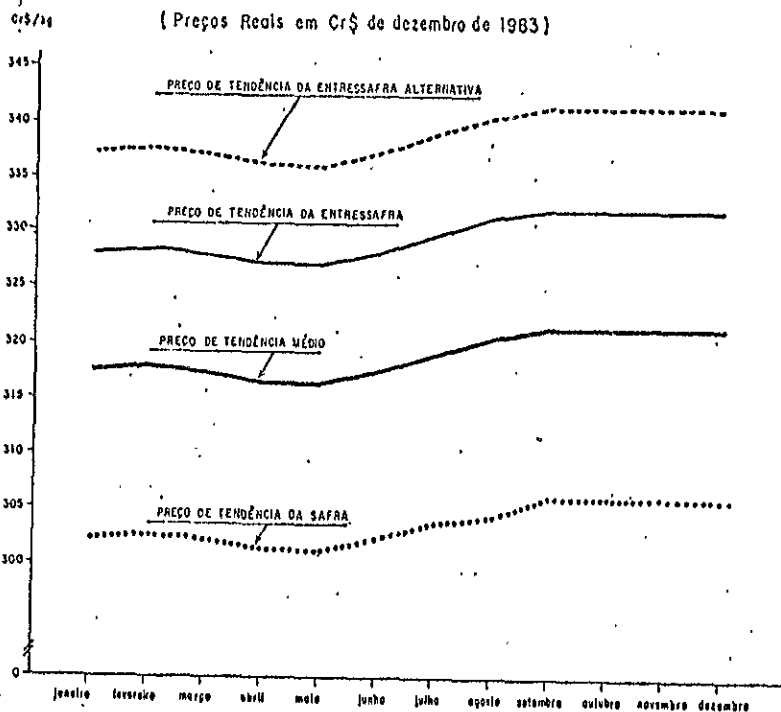


TABELA VII
PREÇO DE TENDÊNCIA DO ARROZ EM GOIÁS AO NÍVEL DO PRODUTOR COM FLUXO (Cr\$ por Kg)
PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983
 (Em Cr\$ de Dezembro de 1983)

ANOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1979		198	204	209	211	210	208	209	213	217	223	226	225
1980		219	210	201	195	194	193	189	182	172	161	151	142
1981		136	133	134	136	137	136	135	136	139	145	153	159
1982		165	168	167	164	158	154	152	151	150	147	146	145
1983		146	148	149	152	156	164	173	181	183	180	174	167

GRÁFICO V

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ EM GOIÁS AO NÍVEL DO ATACADO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

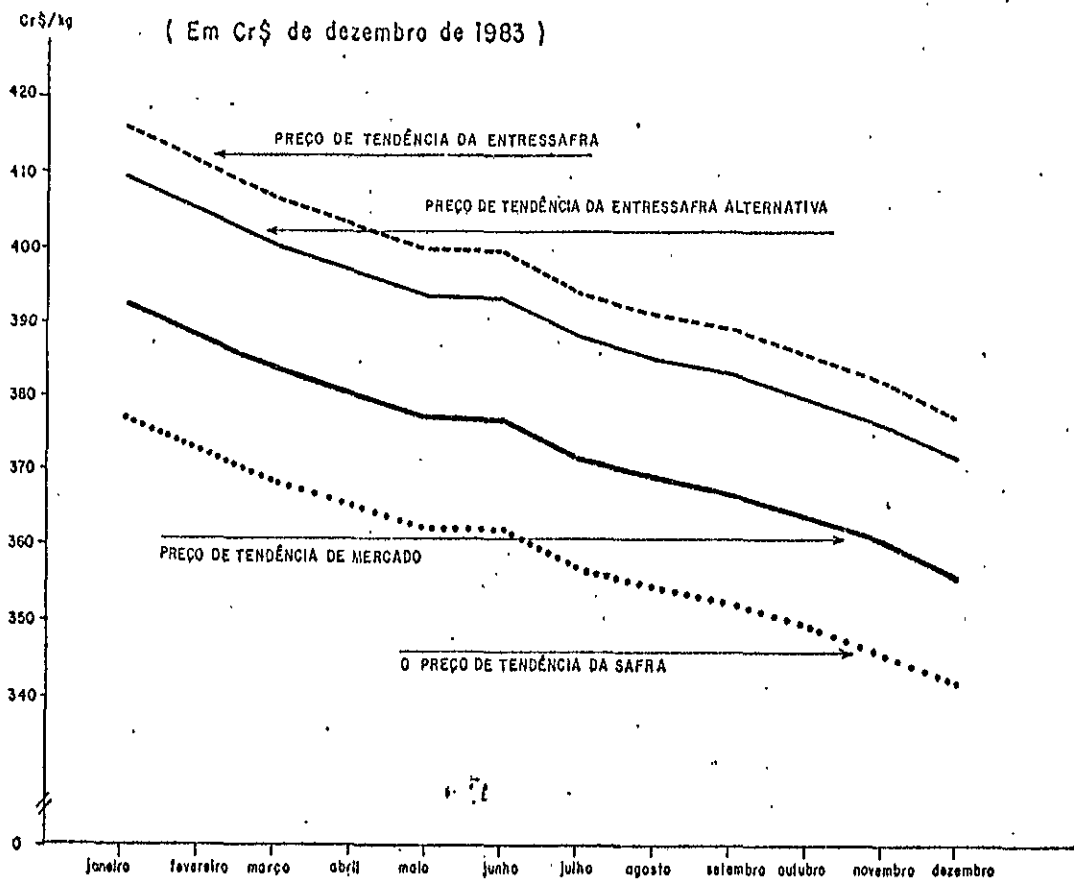


TABELA VIII

ARROZ EM GOIÁS AO NÍVEL DO PRODUTOR

FATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA (JUNHO) E NA ENTRESSAFRA (DEZEMBRO OU JANEIRO)

PERÍODO	SAFRA ENTRESSAFRA	SAFRA	ENTRESSAFRA	
		JUNHO	DEZEMBRO	JANEIRO
PERÍODO I JANEIRO/79-DEZEMBRO/83		93.9	114.6	115.2
PERÍODO II JANEIRO/66-DEZEMBRO/83		92.3	110.0	109.2

GRÁFICO VI

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ EM GOIÁS
AO NÍVEL DO PRODUTOR NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

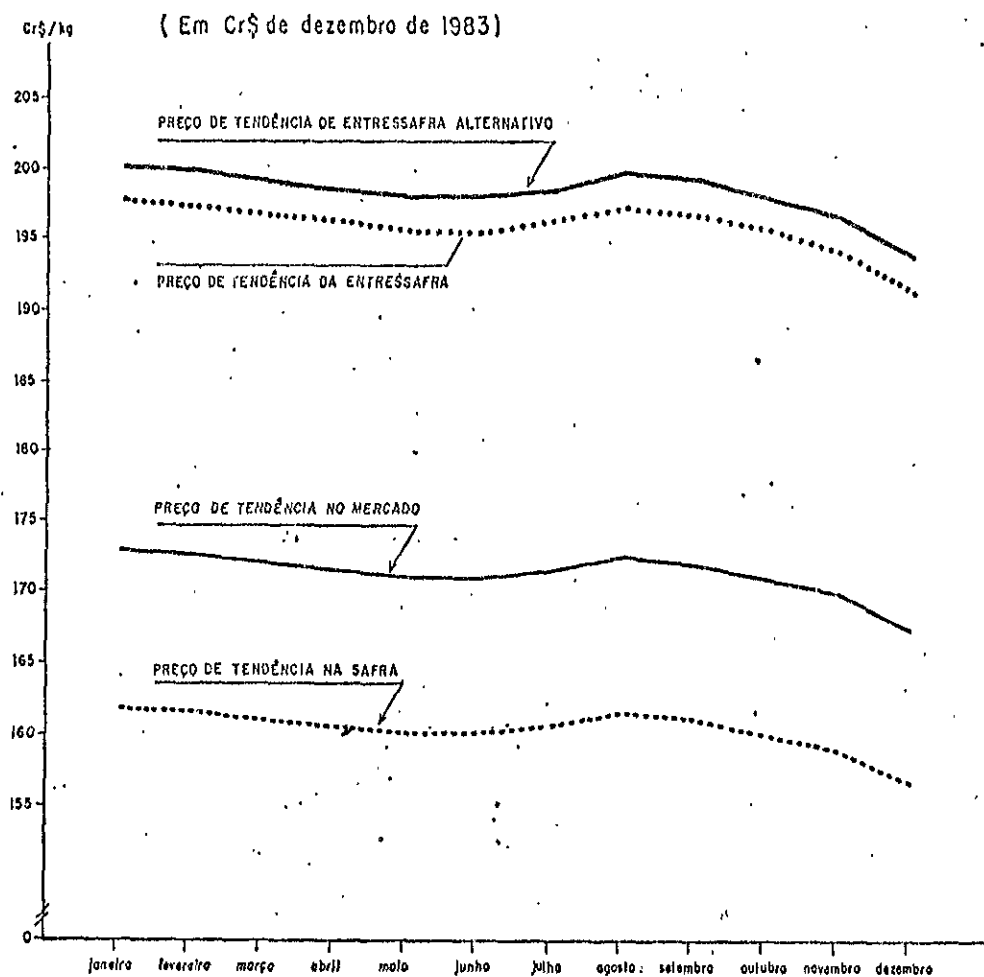


TABELA IX

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA ENTRESSAFRA PARA O ARROZ
 AO NÍVEL DO PRODUTOR EM GOIÁS (EM CR\$ POR KG)
 PERÍODO DE JAN/1979 A DEZ/1983 (EM CR\$ DE DEZ/83)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa	200.9	199.7	198.8	197.9	197.2	197.2	197.9	199.0	198.8	197.7	195.8	193.5
Preço de Tendência da Entressafra	199.8	198.7	197.7	196.8	196.2	196.2	196.8	198.0	197.8	196.6	194.8	192.5
Preço de Tendência de Mercado	174.4	173.4	172.6	171.8	171.2	171.2	171.8	172.8	172.6	171.6	170.0	168.0
Preço de Tendência da Safra	163.8	162.9	162.2	161.4	160.8	160.8	161.4	162.4	162.2	161.2	159.7	157.8

GRÁFICO VII

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ EM GOIÁS AO NÍVEL DO ATACADO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

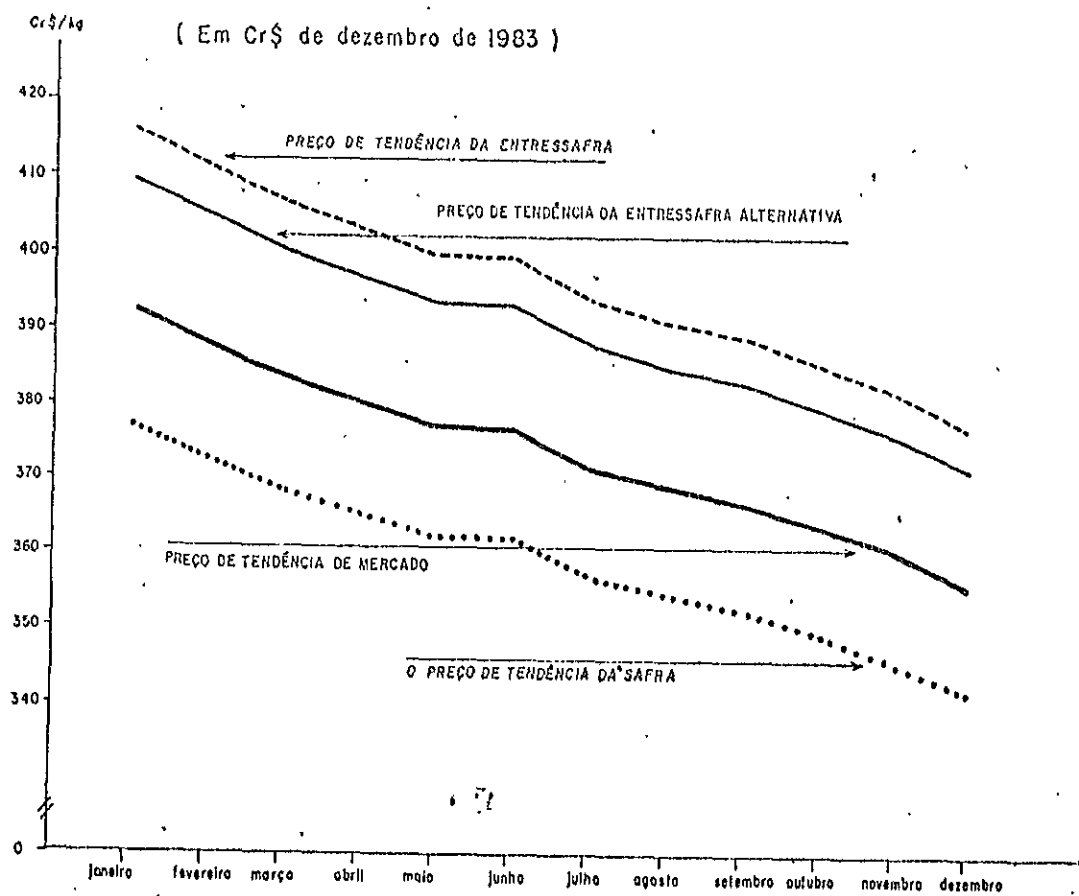


TABELA X

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO ARROZ EM GOIÁS A NÍVEL DO ATACADO

(CR\$ POR KG)

PERÍODO DE JANEIRO 1979 a DEZEMBRO DE 1983

(Em cruzeiros de dezembro de 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da entressafra alternativa		409,87	405,07	400,47	397,13	393,79	393,48	388,15	385,44	383,14	379,80	376,25	371,66
Preço de Tendência da Entressafra		416,15	411,28	406,61	403,22	399,83	399,51	394,10	391,35	387,02	385,62	382,02	377,36
Preço de Tendência do Mercado		392,60	388,00	383,60	380,40	377,20	376,90	371,80	369,20	367,00	363,80	360,40	356,00
Preço de Tendência da Safra		377,28	372,86	368,63	365,56	362,48	362,20	357,29	354,80	352,68	349,61	346,34	342,11

TABELA XI

MILHO NO PARANÁ AO NÍVEL DO PRODUTOR

FATOR MÉDIO DA SAZONALIDADE NA SAFRA(JUNHO) E ENTRESSAFRA(JANEIRO OU DEZEMBRO)

PERÍODO	SAFRA ENTRESSAFRA	SAFRA	ENTRESSAFRA	
		JUNHO	DEZEMBRO	JANEIRO
I PERÍODO				
JAN/1966- DEZ/1983		93.38	111.50	108.78
II PERÍODO				
JAN/1979 - DEZ/1983		92.06	115.40	114.40

GRÁFICO VIII

PREÇO DE TENDÊNCIA, MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA, DO MILHO NO PARANÁ
A NÍVEL DO PRODUTOR NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

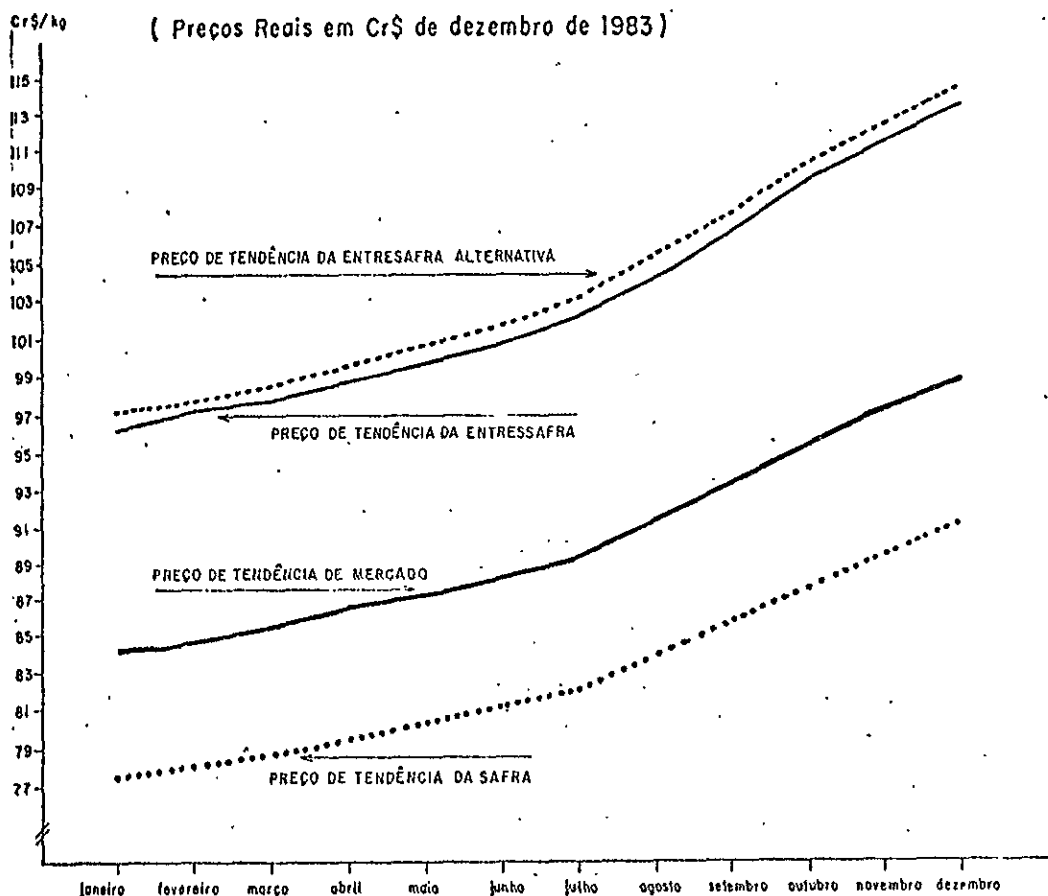


TABELA XII

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA PARA O MILHO NO PARANÁ A NÍVEL DO PRODUTOR (CR\$ POR KG)

PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983

(Em cruzeiros de dezembro de 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		96,37	97,12	97,88	98,89	99,89	100,95	102,20	104,35	106,64	109,18	111,20	113,21
Preço de Tendência da Entressafra		97,21	97,97	98,74	99,75	100,76	101,83	103,10	105,27	107,57	110,14	112,17	114,20
Preço Médio de Tendência do Mercado		84,24	84,90	85,56	86,44	87,32	88,24	89,34	91,22	93,22	95,44	97,20	98,96
Preço de Tendência da Safra		77,55	78,16	78,77	79,58	80,39	81,23	82,25	83,98	85,82	87,86	89,48	91,10

TABELA XIII

PREÇOS MÍNIMOS E CUSTO DE PRODUÇÃO REAIS DO MILHO (Cr\$/KG) - 1979 À 1984

(Em Cruzeiros de 1983)

ANO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	MÉDIA
ESPECIFICAÇÃO							
Preço Mínimo	75,62	71,13	82,87	93,75	88,17	83,43	82,49
Custo de Produção		74,81	78,25	84,62	83,83	85,56	81,41

FONTE: Companhia de Financiamento de Produção - CFP.

TABELA XIVMILHO NO PARANÁ A NÍVEL DO ATACADOFATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA (JUNHO) E NA ENTRESSAFRA

(Dezembro ou Janeiro)

PERÍODO	SAFRA ENTRESSAFRA	SAFRA		
		Junho	Dezembro	Janeiro
Período I				
Janeiro/1969 - Dezembro/1983		90,85	103,40	109,33
Período II				
Janeiro/1979 - Dezembro/1983		92,92	110,20	105,40

GRÁFICO IX

PREÇO DE TENDÊNCIA, MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO MILHO
NO PARANÁ A NÍVEL DO ATACADO NO PERÍODO DE JANEIRO DE
1979 A DEZEMBRO DE 1983

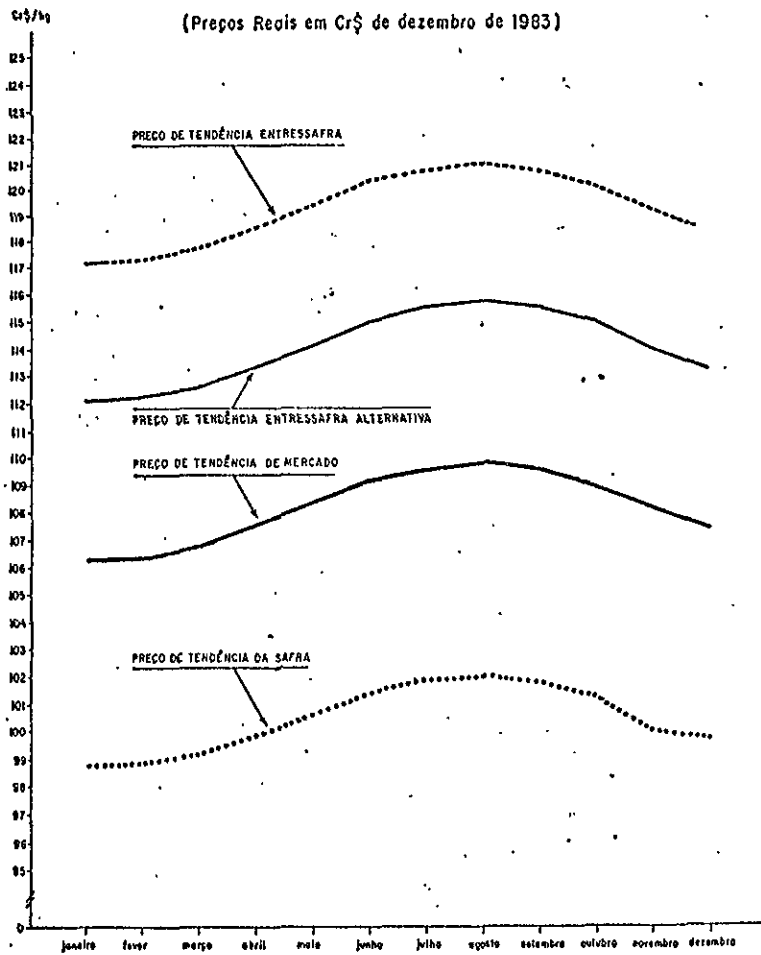


TABELA XV

PREÇO DE TENDÊNCIA DO MILHO NO PARANÁ A NÍVEL DO ATACADO (Cr\$ por kg)

PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983

(Em cruzeiros de dezembro 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		112,10	112,18	112,56	113,32	114,16	115,03	115,56	115,77	115,51	114,92	114,02	113,22
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		117,20	117,29	117,69	118,48	119,36	120,27	120,82	121,04	120,77	120,16	119,21	118,37
Preço de Tendência no Mercado		106,36	106,44	106,80	107,52	108,32	109,14	109,64	109,84	109,60	109,04	108,18	107,42
Preço de Tendência na Safra		98,82	98,90	99,23	99,90	100,65	101,41	101,87	102,06	101,84	101,32	100,52	99,81

TABELA XVI

MILHO NO RIO GRANDE DO SUL, A NÍVEL DO PRODUTOR

FATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA (JUNHO)

E NA ENTRESSAFRA (DEZEMBRO OU JANEIRO)

PERÍODO	SAFRA, ENTRESSAFRA	SAFRA	ENTRESSAFRA	
		JUNHO	DEZEMBRO	JANEIRO
I PERÍODO JAN./1966 - DEZ./1983		95.86	106.84	105.61
II PERÍODO JAN./1979 - DEZ./1983		93.16	112.00	110.00

GRÁFICO X

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO MILHO NO RIO GRANDE DO SUL AO NÍVEL DO PRODUTOR NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

(Em Cr\$ de dezembro de 1983)

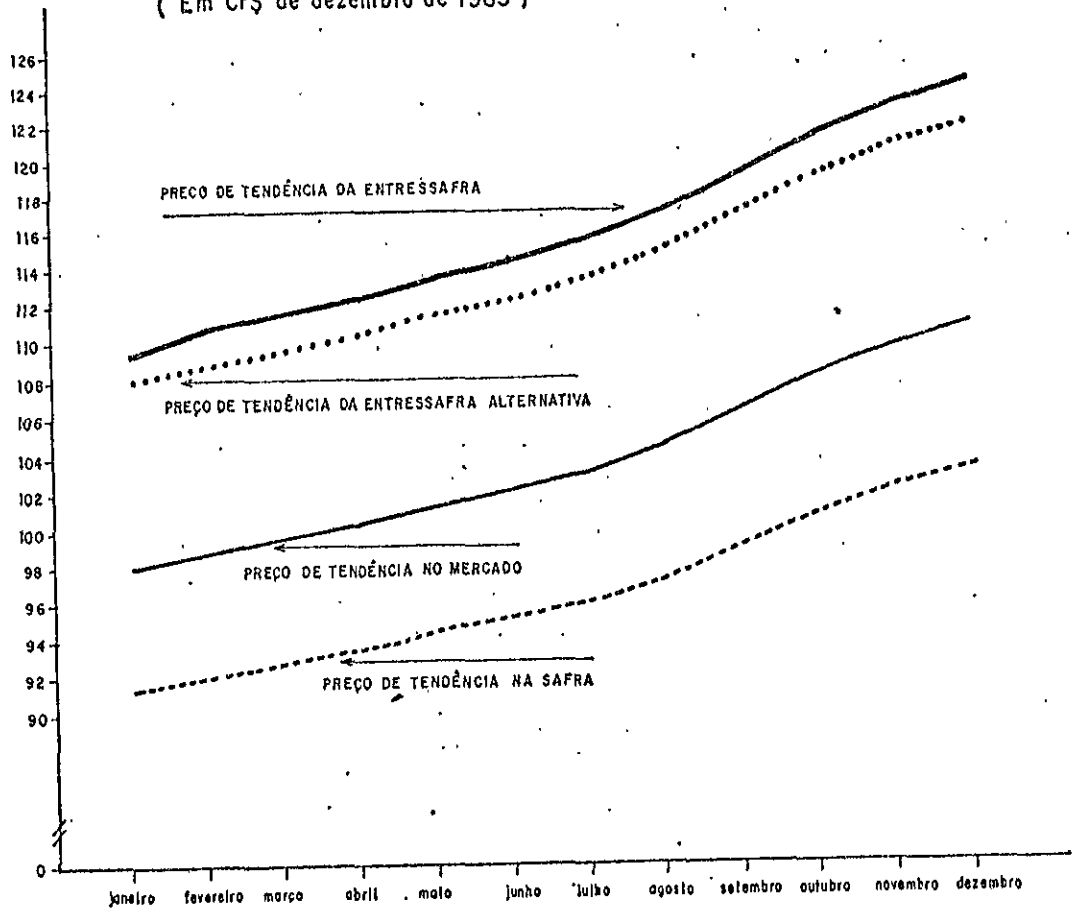


TABELA XVII

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO MILHO NO RIO GRANDE DO SUL AO NÍVEL DO PRODUTOR (Cr\$/kg)

PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983

(Em cruzeiros de dezembro de 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		107,97	108,72	109,62	110,39	111,51	112,31	113,43	114,92	117,01	119,02	120,64	121,79
Preço de Tendência da Entressafra		109,93	110,70	111,61	112,40	113,54	114,55	115,49	117,01	119,14	121,18	122,84	124,00
Preço de Tendência no Mercado		98,16	98,84	99,66	100,36	101,38	102,10	103,12	104,48	106,38	108,20	109,68	110,72
Preço de Tendência na Safra		91,44	92,07	92,84	93,49	94,44	95,11	96,06	97,33	99,10	100,79	102,17	103,14

TABELA XVIII

FATOR MÉDIO DE SAZONALIDADE NA SAFRA (JUNHO) E NA ENTRESSAFRA

(Dezembro ou Janeiro)

PERÍODO	SAFRA, ENTRESSAFRA	ENTRESSAFRA	
	SAFRA JUNHO	DEZEMBRO	JANEIRO
I PERÍODO JAN./1969-DEZ./1983	96.07	109.87	112.93
II PERÍODO JAN./1979-DEZ./1983	98.00	111.80	116.00

GRÁFICO XI

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO MILHO NO RIO GRANDE DO SUL
AO NÍVEL DO ATACADO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1979 A DEZEMBRO DE 1983

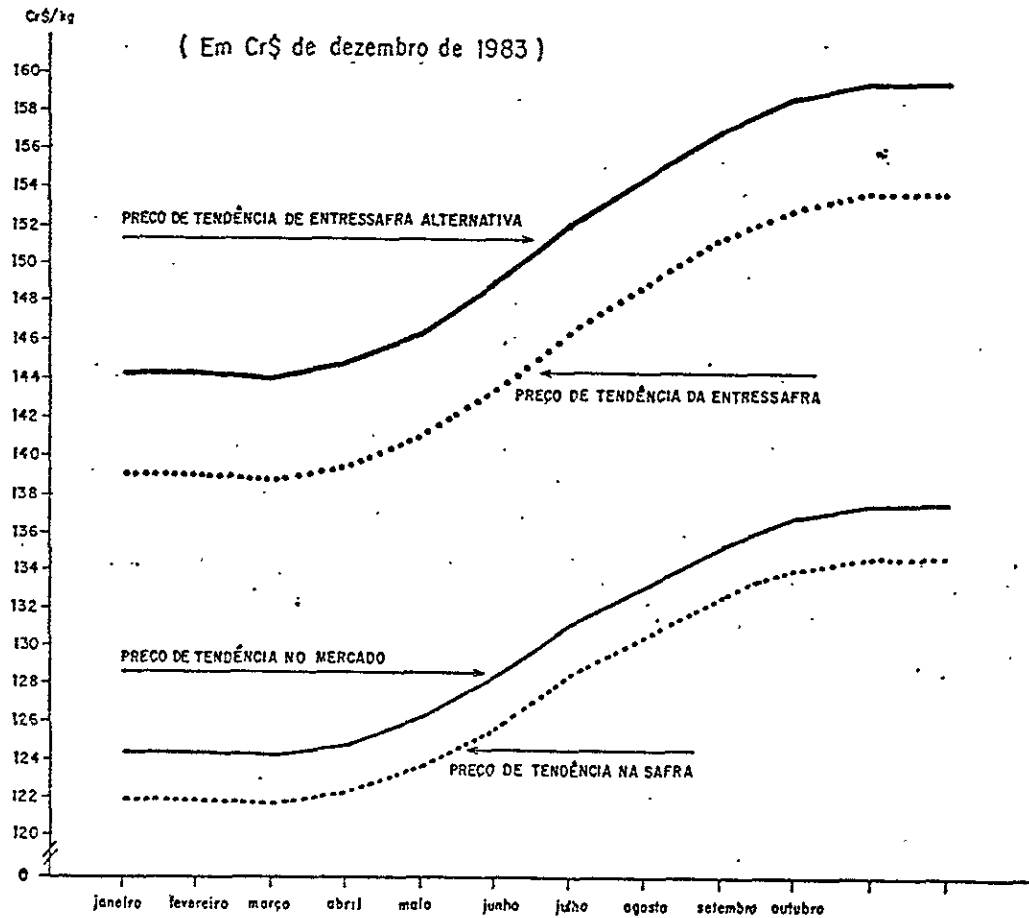


TABELA XIX

PREÇO DE TENDÊNCIA MÉDIO, SAFRA, ENTRESSAFRA DO MILHO AO NÍVEL DO ATACADO NO RIO GRANDE DO SUL
PERÍODO DE JANEIRO 1979 A DEZEMBRO 1983 EM CR\$ KG
 (EM CRUZEIRO DE DEZEMBRO 1983)

PREÇOS	MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preço de Tendência da Entressafra Alternativa		144,30	144,30	144,07	144,76	146,30	148,94	152,19	154,51	157,06	158,78	159,61	159,61
Preço de Tendência da Entressafra		139,07	139,07	138,85	139,52	141,09	143,55	146,68	148,91	151,37	153,03	153,83	153,83
Preço de Tendência no Mercado		124,40	124,40	124,20	124,80	126,20	128,40	131,20	133,20	135,40	136,88	137,60	137,60
Preço de Tendência na Safra		121,91	121,91	121,71	122,30	123,67	125,83	128,57	130,53	132,69	134,14	134,84	134,84

Textos para Discussão Interna editados a partir de janeiro de 84

- Nº 62 - "A Crise do Setor Externo e o Ajustamento requerido pelas Opções de Política Econômica", Milton Pereira de Assis, Janeiro 1984, 37 p.
- Nº 63 - "O Papel Atual da Fronteira Agrícola", Maria Beatriz de Albuquerque David, Fevereiro 1984, 19 p.
- Nº 64 - "As Negociações Financeiras Internacionais do Brasil Pós-FMI", José Cláudio Ferreira da Silva e Maria Helena T. T. Horta, Fevereiro 1984, 34 p.
- Nº 65 - "Insumos Modernos na Agricultura Brasileira", Cláudio Roberto Contador e Léo da Rocha Ferreira, Janeiro 1984, 159 p.
- Nº 66 - "Política Tarifária das Empresas de Saneamento: Uma Avaliação da Progressividade dos Preços", Thompson Almeida Andrade, Fevereiro 1984, 24 p.
- Nº 67 - "A Economia Brasileira: Uma Interpretação Econométrica", Versão IV, Cláudio Roberto Contador, Março 1984, 99 p.
- Nº 68 - "Comentários sobre o livro de William R. Cline, "International Debt and Stability of the World Economy", Marcelo de Moura Lara Resende, Maio 1984, 23 p.
- Nº 69 - "Crescimento Industrial, Ajuste Estrutural e Exportações de Manufaturados: Notas para a Definição de Uma Estratégia de Longo Prazo para a Economia Brasileira", Regis Bonelli e José Cláudio Ferreira da Silva, Novembro 1984, 38 p.
- Nº 70 - "Projeções da População Total, Urbano-Rural e Economicamente Ativa segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico", Maria Helena F. T. Henriques, Janeiro 1985, 56 p.

II

- Nº 71 - "Crescimento Econômico e Oferta de Alimentos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 39 p.
- Nº 72 - "A Política Agrícola e a Diminuição do Subsídio do Crédito Rural", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 23 p.
- Nº 73 - "Tendências a Médio Prazo da Previdência Social Brasileira: Um Modelo de Simulação", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Helena F.T. Henriques, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Alexandre Goretkin Neto, Janeiro 1985, 299 p.
- Nº 74 - "Balanço de Pagamentos Brasileiro: Um Modelo de Simulação", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Janeiro 1985, 77 p.
- Nº 75 - "Interação entre Mercados de Trabalho e Razão entre Salários Rurais e Urbanos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Março 1985, 35 p.
- Nº 76 - "Considerações sobre uma Possível Reforma Tributária no Brasil", Cláudia Cunha Campos Eris, Março 1985, 29 p.
- Nº 77 - "Migrações Internas e Pequena Produção Agrícola na Amazônia: Uma Análise da Política de Colonização do INCRA", Anna Luiza Ozorio de Almeida, Maio 1985, 97 p.
- Nº 78 - "Estrutura Industrial e Exportação de Manufaturados: Brasil, 1978", Helson C. Braga e Edson P. Guimarães, Julho 1985, 29 p.
- Nº 79 - "A Restrição Externa à Retomada do Crescimento: Avaliação e Recomendações de Política", Helson C. Braga, Setembro 1985, 42 p.
- Nº 80 - "Foreign Direct Investment in Brazil: Its Role, Regulation and Performance", Helson C. Braga, Outubro 1985, 41 p.

III

- Nº 81 - "Déficit de "Caixa" do Governo Federal: Metodologia e Resultados em 1985", Carlos von Doellinger, Novembro 1985, 16 p.
- Nº 82 - "Déficit e Dívida: Tendências e Implicações", Carlos von Doellinger, Novembro, 12 p.
- Nº 83 - "As Interligações Setoriais na Economia Brasileira em 1975", José W. Rossi, Maristela Sant'Anna e Samuel Sidsamer, Novembro, 30 p.
- Nº 84 - "Mensuração da Eficiência Produtiva na Indústria Brasileira: 1980", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro, 34 p.
- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A. F. Tourinho, Janeiro, 47 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico (quadrimestral), desde 1971; Literatura Econômica (bimestral), desde 1977; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Textos para Discussão do Grupo de Energia (TDE); Série Monográfica; e, Série PNPE.